



MEIO AMBIENTE

Terras indígenas têm desmatamento zero

Dados do Imazon mostram que 60% dos territórios de comunidades nativas não apresentaram registro de derrubada de vegetação de agosto de 2025 a julho de 2026. Nos 40% restantes, houve devastação, mas só 11 tiveram área afetada acima de 1 km²

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*



O combate ao desmatamento passa pela fiscalização, pela informação e pelo conhecimento. Quando os indígenas têm acesso a essas ferramentas, é possível conciliar geração de renda e manutenção da floresta"

Maristela Rodrigues,
engenheira ambiental

Sessenta por cento dos territórios indígenas amazônicos tiveram desmatamento zero entre agosto de 2025 e julho de 2026. Segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), dos 2.702 km² devastados na Amazônia, apenas 46,96 km² eram terras indígenas, o que corresponde a 1,7% do total da mata colocada abaixo na região.

Nos outros 40% das terras indígenas que tiveram as áreas desmatadas, apenas 11 registram destruição superior a 1 km². A região mais prejudicada foi a Terra Indígena Cachoeira Seca, no Pará, que teve 4,44 km² de mata nativa retirada. Em seguida, a TI Andirá-Marau (AM/PA), com uma área afetada de 2,83 km², e a TI Porquinhos dos Canela-Apânjekra, no Maranhão, com 2,53 km² desmatados.

De acordo com a engenheira ambiental Maristela Rodrigues, CEO da Four Ambiental e presidente da Organização Amigos do Rio, a redução do desmatamento pode ser explicada por iniciativas que geram renda a partir da floresta sem a necessidade de suprimir a vegetação, como a bioeconomia com matérias-primas. "O verdadeiro combate ao desmatamento passa não apenas pela fiscalização, mas, também, pela informação e pelo conhecimento sobre como manejar e utilizar os recursos da floresta de maneira sustentável. Quando os povos indígenas têm acesso a essas ferramentas, e conseguem aplicá-las em seus territórios, é possível conciliar geração de renda, conservação da biodiversidade e manutenção da floresta em pé", explica.

Apenas três estados foram responsáveis por 70% de todo o desmatamento da Amazônia: Pará, Mato Grosso e Amazonas. Manuela Athaide, pesquisadora do Imazon, explica que, por terem os maiores territórios, estão com frequência entre os que mais desmatam. "Governos precisam investir em ações constantes e efetivas de fiscalização nesses territórios mais pressionados e punir os responsáveis

pelo desmatamento ilegal", cobrou.

De acordo com o "calendário de desmatamento", do período de agosto a julho de monitoramento da Amazônia, houve uma queda de 23% na devastação de 2024 para 2025. Há dois anos, foram 3.503 km² de florestas desmatadas. O calendário mostrou que a área derrubada em 2025 foi a menor registrada nos últimos 11 anos.

Apesar disso, em julho passado, o desmatamento chegou a 445 km², um aumento de 26% em comparação com o mesmo período do ano passado. Mesmo com esse resultado, 2026 continua tendo a menor área desmatada em 10 anos. Em 2021, por exemplo, foram destruídos 2.095 km², o maior número desde o início da série histórica, em 2008.

Nas Unidades de Conservação, porém, 63% dos territórios tiveram desmatamento zero, com apenas 32 registrando mais de 1 km² de retirada de vegetação nativa.

Maristela entende que, para que o desmatamento diminua, é preciso ampliar políticas de educação ambiental e desenvolvimento de projetos sustentáveis junto aos povos indígenas.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Marcello Casal Jr/Agência Brasi



Manejo da floresta pelos indígenas ajuda a evitar que a mata nativa seja derrubada e permite que as comunidades se desenvolvam economicamente

Restauração do Cerrado reconhecida pela ONU

» RAFAELA GONÇALVES

A iniciativa Araticum — Restauração do Cerrado Brasileiro foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das Iniciativas de Referência da Restauração Mundial (World Restoration Flagship). O título foi anunciado na 17ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP17 da UNCCD), em Ulan Bator, na Mongólia, e coloca a recuperação do segundo maior bioma brasileiro no centro da agenda ambiental internacional.

O reconhecimento ocorre em um momento de forte pressão sobre o Cerrado, que tem mais de 2

milhões de quilômetros quadrados e já perdeu mais da metade da vegetação nativa, segundo dados apresentados pela própria iniciativa. A expansão da agropecuária, a fragmentação dos habitats e os efeitos das mudanças climáticas agravam os impactos sobre um bioma estratégico para a biodiversidade e para a segurança hídrica do país.

A Araticum reúne mais de 180 organizações, incluindo povos indígenas e quilombolas, comunidades locais, agricultores, pesquisadores, organizações da sociedade civil, empresas e instituições públicas. A atuação se estende por nove estados e combina diferentes métodos de recuperação da vegetação, como regeneração natural,

semeadura direta, restauração ecológica e sistemas agroflorestais com espécies nativas.

Até o momento, a articulação mapeou mais de 27 mil hectares em processo de restauração. O número representa uma fração da meta de 2 milhões de hectares que a Araticum pretende alcançar até 2030, o que mostra a dimensão do desafio para ampliar a restauração do Cerrado.

A escala pretendida é relevante, também, porque dialoga com o compromisso brasileiro de restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa. A iniciativa aposta na criação de uma cadeia produtiva da restauração. Mais de 150 espécies de plantas nativas já tiveram sementes coletadas e utilizadas nas

ações, envolvendo desde coletores e viveiros até técnicos, pesquisadores e serviços de monitoramento. A proposta é fazer com que a recuperação do bioma também gere renda e empregos nas regiões onde ocorre.

Com a escolha da Araticum, o Brasil torna-se o único país a ter duas iniciativas reconhecidas pela ONU como World Restoration Flagship. O programa faz parte da Década da ONU da Restauração de Ecossistemas e já reconheceu 30 iniciativas desde 2022.

O reconhecimento ocorre em um ano de intensa articulação internacional em torno das agendas ambientais, com as conferências da ONU sobre desertificação, biodiversidade e clima.

AMBIENTE DIGITAL

Após multa nos EUA, Meta quer se reunir com ANPD

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) anunciou, ontem, que a Meta sinalizou a intenção de solicitar uma reunião com a autarquia para tratar das medidas previstas em um acordo firmado nos Estados Unidos — pela qual foi multada em US\$ 17,1 milhões — para encerrar disputas judiciais relacionadas aos efeitos do uso das redes sociais por crianças e adolescentes. O acerto foi fechado na quarta-feira.

Segundo a ANPD, iniciativas adotadas por outros países em temas relacionados à proteção de dados e à segurança de crianças e adolescentes na web são acompanhadas de perto para que possam ser trazidas para o ambiente digital brasileiro. "Especificamente sobre o acordo firmado pela Meta nos Estados Unidos, a empresa sinalizou que solicitará uma oportunidade

para tratar do assunto com a Agência", afirmou a ANPD ao **Correio**.

O acordo firmado pela Meta nos EUA estabelece mudanças no funcionamento do Facebook e do Instagram para usuários adolescentes. As medidas serão implementadas de forma progressiva. Pelo acordo, a empresa controladora do Instagram e do WhatsApp se compromete a desembolsar cerca de 70% do valor total, aproximadamente US\$ 12,7 bilhões, ao longo de 10 anos. Os US\$ 5 bilhões restantes estão condicionados à adoção de medidas semelhantes pelos principais concorrentes da empresa, como Snap, TikTok e YouTube.

Entre as principais alterações, está a criação de um limite padrão de duas horas diárias de uso das plataformas por adolescentes. Também está previsto o bloqueio dos aplicativos entre meia-noite e 6h, a menos quando houver

autorização explícita dos pais para liberar o acesso. As restrições poderão ser ampliadas, caso outras grandes plataformas adotem medidas semelhantes.

A Meta também deverá reduzir as interrupções durante o período escolar. A maior parte das notificações push destinadas a adolescentes deverá ser desativada entre 8h e 15h nos dias de aula.

Outra medida prevista é o envio de avisos a cada 15 minutos de uso contínuo, com o objetivo de alertar os adolescentes sobre o tempo de permanência nas plataformas. O acordo estabelece, ainda, o reforço dos mecanismos de verificação de idade e supervisão parental.

A proposta inclui novas ferramentas para que os responsáveis possam controlar como os adolescentes utilizam os aplicativos e para restringir o acesso a conteúdos considerados inadequados.

Josh Edelson/AFP



Dona do Instagram quer debater com agência acesso de menores de idade

» Justiça mantém Deolane presa

A Justiça de São Paulo manteve a prisão preventiva da influenciadora Deolane Bezerra e dos demais envolvidos da Operação Vêrnix, que apura um esquema de lavagem de dinheiro vinculado ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Ela está presa desde o dia 21 de maio. A 3ª Vara de Presidente Prudente concluiu que permanecem presentes os requisitos para a prisão preventiva, tais como: a garantia da ordem pública e da ordem econômica; a conveniência da instrução criminal; a necessidade de assegurar a aplicação da lei penal; o risco de continuidade das atividades de lavagem de dinheiro; e a existência de indícios de atuação estruturada e permanente de organização criminosa.